

Ao esclarecimento apresentado pela ATD (Associação Tchiveka de Documentação) sobre dois manuscritos quase idênticos do documento conhecido como Manifesto do MPLA (*Jornal de Angola* de 4/8/2019, pp.6-7), referindo sobretudo questões técnicas, a historiadora Rosa Cruz e Silva (*Jornal de Angola* de 10/8/2019, pp.10-12), respondeu com um texto onde, no meio de muitas e algo confusas considerações, questionava a autenticidade do documento do espólio de Lúcio Lara existente na ATD, com acusações que põem em causa a seriedade do trabalho da Associação e do seu Centro de Documentação.

Usando o direito de resposta e afim de clarificar quaisquer dúvidas ainda existentes, pelo reconhecimento que nos merece a persistência e empenho daquela historiadora, a ATD vem uma vez mais esclarecer que:

1. Sendo uma Associação cujos associados têm e exprimem opiniões próprias e muitas vezes divergentes na interpretação da história ou da vida política, reiteramos que “não é objectivo da ATD apresentar aqui argumentação sobre o surgimento do histórico Manifesto, a sua importância, interpretação ou uso, nem escrutinar os objectivos de quem nega ou deturpa o seu valor no processo da luta pela Independência de Angola, sendo essa tarefa dos estudiosos. Compete, porém, à ATD a divulgação do seu acervo referente à luta de libertação nacional e, neste caso concreto, comprovar a existência material do histórico documento e as suas características originais.”

2. São graves e pouco éticas as acusações feitas à ATD, de ter um documento “visivelmente adulterado”, de “manobra rocambolesca”, de “expediente perigoso”, de “expediente falacioso”, de “exercício que apaga o registo da data” e outras frases do género. Acusações, note-se, feitas por quem nunca teve a iniciativa de ir consultar in loco aquele documento do espólio de Lúcio Lara, para dissipar eventuais dúvidas.

3. A ATD sempre deu a conhecer a lista dos documentos em sua posse que foi publicando e que têm sido consultados no seu Centro de Documentação, em Luanda, sendo também pública, na sua página de internet, a lista de documentos não publicados que podem ser solicitados em fotocópia ou cópia digital, como têm feito muitos estudantes e investigadores nacionais e estrangeiros: <https://sites.google.com/site/tchiveka/Home/documentos-catalogados>.

4. São falsas afirmações como a de que Lúcio Lara, “em vida (...) não declarou a sua posse (do Manifesto)” e a de que “na sua curta estada em Lisboa, (Viriato da Cruz)

não privou com Lúcio Lara”. Sem pretender avaliar a exactidão das memórias de Lúcio Lara, e das suas intervenções públicas, o facto é que, por exemplo, no 1º volume de “Um amplo Movimento...” (1997:37), ele escreve: “No princípio de 1957(...) os marítimos (...) entregam-nos dois documentos enviados pelo grupo activo de Luanda: os Estatutos do Partido Comunista Angolano e um Manifesto” (que mais tarde ele identificaria como o “Manifesto do MPLA”). E na página seguinte, narra a reunião que teve em Lisboa com Viriato da Cruz, ali chegado em finais de 1957. E embora Lúcio Lara reconheça que na altura em que publica aquele 1º volume não podia localizar o documento manuscrito, refere a posse desse documento, que não era dactilografado mas “da mão de Viriato da Cruz” (frase mal interpretada pela historiadora). Também é falso que a ATD afirmasse que só voltou a localizar o documento “após a morte” de Lúcio Lara, facto aliás desmentido pela reprodução de duas páginas no álbum

que celebrou os seus 80 anos de vida (e que Rosa Cruz e Silva refere). Uma coisa é a liberdade de interpretação, outra a fabricação de acusações com base em leituras apressadas.

5. Questões técnicas são invocadas como fazendo parte de um plano de “adulteração”, o que seria ridículo se não fosse insultuoso. Por exemplo, a marca 17a, a lápis na primeira página, corresponde a um registo no arquivo de Lúcio Lara, não “disfarça” nem “adultera” nada. E na última página não foi “apagada” qualquer data do documento original, até porque não havia uma data para apagar, pois a própria historiadora confirma que esta foi acrescentada por Mário de Andrade no exemplar que consultou. Curiosamente, em nenhum momento a argumentação de Rosa Cruz e Silva dá resposta à principal prova técnica indicada pela ATD na comparação dos dois manuscritos: as diferenças existentes nas páginas 8 dos referidos documentos, um usando tinta de esferográfica

com falhas e mudança de cor, e o outro revelando uma escrita preta sem falhas, o que é consistente com a explicação de serem, respectivamente, a 1ª via e a 2ª via (a papel químico) de um mesmo texto. Na impossibilidade de saber quantas vezes terá Viriato da Cruz copiado esse texto para enviar ou entregar a camaradas seus, podemos contudo afirmar que no espólio de Lúcio Lara está “um” original manuscrito por Viriato da Cruz, sendo este “o” original quando comparado com o exemplar existente no espólio de Mário de Andrade. Competirá aos historiadores fazerem uso dessa informação no desenvolvimento das suas pesquisas.

6. A suspeição da historiadora recai também sobre o facto de a ATD até à data ter difundido apenas algumas páginas fac-similadas do referido documento. Facilmente se compreende a opção editorial de usar a primeira e a última páginas, por serem as mais relevantes acrescen-

tados noutras versões: o título e a data. Concordando, porém, com a conveniência de o documento do espólio de Lúcio Lara estar à disposição do público em geral, na íntegra, como já está o do espólio de Mário de Andrade, a ATD passará a dá-lo a conhecer em: <https://web.facebook.com/Associação-Tchiveka-De-Documentação-ATD-803802836492514>.

7. Ao contrário do que os comentários da historiadora possam sugerir, a ATD mantém espírito de abertura e colaboração com instituições afins, dedicadas à preservação e divulgação da memória da luta pela independência de Angola. Quando, em Fevereiro do corrente ano, o Bureau Político do MPLA anunciou publicamente, para breve, uma edição do Manifesto, a ATD congratulou-se com o facto e enviou ao Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA uma cópia digitalizada do documento existente no Centro de Documentação da ATD, disponibilizando o seu uso

e prontificando-se para quaisquer esclarecimentos que fossem necessários.

8. Lamentamos mais uma vez que a historiadora Rosa Cruz e Silva, que diz ter “escalpelizado” as fontes disponíveis, tendo tido a oportunidade de o consultar (o Manifesto) no espólio documental de Mário Pinto de Andrade “em Lisboa, não tenha tido o cuidado de o fazer, em Luanda, no espólio de Lúcio Lara à guarda da ATD, como fizeram outros estudiosos. Um simples contacto com o documento, e sem necessidade de “recurso a lupa”, teria permitido evitar esta troca de artigos e as imprecisas e por vezes tristes observações feitas.

Por último, se algum bem daqui resultou, foi um melhor esclarecimento do público sobre várias das questões relacionadas com história da luta de libertação, com o valor dos arquivos e com a importância destas fontes para o trabalho dos historiadores. Da parte da ATD, a questão está suficientemente esclarecida.

■ ESCLARECIMENTO (FINAL) DA ASSOCIAÇÃO TCHIVEKA DE DOCUMENTAÇÃO

O Manifesto – Original ou cópia?

Usando o direito de resposta e afim de, como justifica a instituição, clarificar quaisquer dúvidas ainda existentes, a Associação Tchiveka de Documentação (ATD) volta a rebater uma segunda publicação da historiadora Rosa Cruz e Silva, a propósito do manifesto que deu origem ao MPLA

